

Mulheres rurais e o poder em Weber

Rural women and power in Weber

Filipe Mello Dorneles¹, Tatielle Belem Langbecker²

Resumo: A mulher historicamente ocupa uma posição imposta pela sociedade costumeiramente conhecida como feminina, sejam em espaços sociais ou familiares, fruto de construções sociais que delimitam as fronteiras entre o que é ser feminino e masculino. Com isso se torna inevitável a tradicional comparação que se dá entre o que são atividades das mulheres e o que são responsabilidades dos homens, tratando-se aqui especificamente de uma discussão que busque identificar a figura feminina no ambiente rural. Neste prisma, remete-se a abordagem trazida por Weber, enfatizando elementos propostos por ele que enfocam o poder e a dominação, assim como, traz-se, de maneira breve, considerações acerca das ideias centrais que fundam sua teoria, ou seja, elementos que caracterizam a ação social, relação social, seus princípios metodológicos e sua concepção de ciência. A partir disto a pergunta a ser trabalhada ao longo do trabalho, ou seja, o empoderamento feminino está contribuindo para a superação da dominação tradicional de caráter patriarcal no ambiente rural? Com isso o objetivo do trabalho se consolida na tentativa de responder à pergunta através de um viés voltado a abordagem de Weber no que tange ao poder e a dominação, isto é: relacionar indicadores com a possibilidade de superação da dominação tradicional por meio do empoderamento econômico feminino. Adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa-descritiva. Nesta perspectiva considerou-se que o exercício desenvolvido, na tentativa de aproximar a mulher rural e sua condição dentro do espaço rural com a abordagem de Weber acerca do poder e dominação, permitiu detectar a força que uma determinada forma de poder e dominação, neste caso a dominação e poder tradicional, tem sobre circunstâncias que caracterizam a posição da mulher em estabelecimentos rurais.

Palavras-chave: Empoderamento Feminino, Ambiente Rural, Sociologia Rural

Abstract: *Women historically occupy a position imposed by society customarily known as feminine whether in social or family spaces the fruit of social constructions that delimit the boundaries between what is to be feminine and masculine. With this the traditional comparison between women's activities and men's responsibilities is inevitable specifically a discussion that seeks to identify the female figure in the rural environment. In this prism we refer to the approach brought by Weber emphasizing*

elements proposed by him that focus on power and domination as well as briefly considerations about the central ideas that found his theory that is elements that characterize the social action social relation its methodological principles and its conception of science. From this the question to be worked through that is is female empowerment contributing to the overcoming of traditional patriarchal domination in the rural environment? With this the objective of the work is consolidated in the attempt to answer the question through a bias towards Weber's approach to power and domination that is to relate indicators with the possibility of overcoming traditional domination through economic empowerment female. Bibliographical research was adopted as a methodology with a qualitative-descriptive approach. In this perspective it was considered that the exercise developed in an attempt to approach the rural woman and her condition within the rural space with Weber's approach to power and domination allowed to detect the strength that a certain form of power and domination in this case domination and traditional power has over conditions characterizing the position of women in rural settlements.

Keywords: *Women's Empowerment, Rural Environment, Rural Sociology*

1. Introdução

A mulher historicamente ocupa uma posição imposta pela sociedade costumeiramente conhecida como feminina, sejam em espaços sociais ou familiares, fruto de construções sociais que delimitam as fronteiras entre o que é ser feminino e masculino. Com isso se torna inevitável a tradicional comparação que se dá entre o que são atividades das mulheres e o que são responsabilidades dos homens, tratando-se aqui especificamente de uma discussão que busque identificar a figura feminina no ambiente rural e, suas possíveis “estratégias” de amenizar, em partes, essa configuração reconhecida como comum.

Desta forma, remete-se a abordagem trazida por Weber, enfatizando elementos propostos por ele que enfocam o poder e a dominação, assim como, trazse, de maneira breve, considerações acerca das ideias centrais que fundam sua teoria, ou seja, elementos que caracterizam a ação social, relação social, seus princípios metodológicos e sua concepção de ciência. Também na sequência, expõe-se, brevemente, a situação da mulher frente ao espaço rural, na tentativa de mostrar um olhar que identifica a imposição dos princípios de uma dinâmica patriarcal, ou ao menos que se baseia no tradicionalmente conhecido como forma de conduzir situações, organizações, sejam elas perante espaços privados ou públicos.

No decorrer foram apresentados alguns indicadores, inseridos em uma dimensão social, que serviram de suporte para abordar a temática proposta e assim traduzir os mesmos a partir da abordagem escolhida identificando importantes pontos para o desenvolvimento deste exercício. Nota-se algumas modificações no cenário em que a mulher se insere, o que identifica uma tomada de poder, seja este representado por

elementos econômicos ou sociais, possibilitando o reconhecimento da mulher como agente público e, auxiliando na desconstrução, mesmo que de maneira lenta, dos princípios que embasam a mulher como agente submisso a uma conduta preestabelecida. A partir disto a pergunta a ser trabalhada ao longo do trabalho, ou seja, o empoderamento feminino está contribuindo para a superação da dominação tradicional de caráter patriarcal no ambiente rural? Com isso o objetivo do trabalho se consolida na tentativa de responder à pergunta através de um viés voltado a abordagem de Weber no que tange ao poder e a dominação, isto é: relacionar indicadores com a possibilidade de superação da dominação tradicional por meio do empoderamento econômico feminino.

2. Max Weber e o poder

Max Weber ao longo de seus estudos trouxe inúmeras contribuições que permitem análises de questões sociológicas partindo de um viés que considera, fundamentalmente, as ações dos seres humanos apoiadas nos princípios e valores que os mesmos carregam consigo e não apenas originadas em circunstâncias e pressões extrínsecas aos indivíduos. Além de ter desenvolvido significativos avanços metodológicos para as pesquisas de cunho sociológico, abordou uma série de assuntos valiosos neste âmbito, como por exemplo, a sociedade e a religião, racionalidade dos comportamentos, burocratização e, dentre outras temáticas enfatiza-se a análise das formas de poder e dominação que será abordada de modo individual (LALLEMENT, 2008).

A concepção de ciência para Weber, mencionada de maneira breve, surge com a finalidade de aproximação de entendimento das ações sociais e, assim pretende buscar a associação entre realidades empíricas e a compreensão dos episódios procedentes do social. Desta forma, Weber destaca a ciência como um método imerso na racionalidade preocupado em explicar os efeitos de atos delimitados, devendo este método contemplar conscientemente os valores do cientista sem que os mesmos comprometam a finalidade do objeto estudado. Ou seja, os valores desempenham a função de auxiliar na definição do objeto de pesquisa e conduzir, de certa maneira, os eixos que irão guiar a interpretação dos fenômenos possibilitando a estruturação de hipóteses, embasadas em relações causais, elaborando um esquema fundamentado em lógicas explicativas (BARBOSA e QUINTANEIRO, 2002).

Nesse sentido a utilização do método compreensivo proposto por Weber apoiase essencialmente no conceito de ação social, ou seja, deve ser orientada para as ações dos outros, sejam ações passadas, presentes ou futuras. O autor reforça que não se pode classificar todos os tipos de ação como social, nem todo contato entre os seres humanos, pois para que a ação possa apresentar esse caráter deve estar fundamentalmente conduzida para a ação dos outros. Desta forma ele classifica as formas de ações sociais, fundamentadas na racionalidade, segundo seus fins, valores,

afetividade e tradição. Em relação aos fins, caracteriza uma ação social a partir de um agente que tem por intuito alcançar determinado objetivo fazendo uso dos meios e condições disponíveis para atingir tais fins pretendidos; em relação aos valores, a ação é norteada por princípios, que passam a contemplá-la, independentes de possíveis estímulos externos e contrários; em relação à afetividade, a ação passa a orientar-se pela emocionalidade do indivíduo e; no que tange à tradição parte de práticas que se mantiveram conservadas ao longo dos períodos (WEBER, 2002). Essa divisão não sustenta que as atividades praticadas pelos indivíduos sejam exclusivamente alicerçadas em um tipo de ação social, pois a realidade inclui um emaranhado de situações que ora englobam mais um tipo, ora menos e, de modo geral, conciliam combinações alternadas (LALLEMENT, 2008). Deste modo estruturase o conceito de relação social a partir da associação entre a conduta de dois ou mais indivíduos e a orientação voltada para o comportamento do outro, ou seja, baseia-se na noção de que esses indivíduos agem de maneira a atribuir um sentido em suas ações, sendo este sentido compartilhado pelos demais (WEBER, 2002).

Essas relações podem apresentar várias características, como por exemplo, conflito, amizade, lealdade, competição econômica, participação em comunidades, entre outras, consistindo basicamente na premissa que haverá uma conduta de probabilidades inseridas nas variadas “organizações sociais”, seja Estado, igreja, associação ou casamento. As relações sociais, independentes de estarem representadas por comunidades ou sociedades, podem ser classificadas em abertas ou fechadas, isto é, as abertas ao exterior fazem menção à possibilidade, mediante a permissão por meio de regulamentações, a participação na ação social por parte de qualquer agente que se enquadre nas condições estabelecidas. Já as relações fechadas ao exterior relacionam-se àquelas em que a inserção de certos indivíduos não seja permitida em decorrência de regulamentações e sentidos da ação social. Como exemplo, a primeira pode admitir membros desconhecidos em uma comunidade com fins de fortalecer valores estarão imbuídos em uma relação aberta, já a segunda busca progredir perante práticas individualistas fixam-se nas relações fechadas (WEBER, 2002).

As condutas podem apresentar certa frequência em suas ocorrências em função do agir repetitivo por parte das mesmas pessoas ou, do atribuir sentidos iguais a determinadas condutas. Se essa regularidade de condutas específicas se configura como contínua, acaba por gerar um costume que será determinado por interesses fundamentando a racionalidade da ação. Assim, o proposto por Weber indica que o desenvolver da racionalidade de uma conduta “pode exigir que o agente tome consciência e rejeite sua própria submissão à regularidade imposta pelo costume” (BARBOSA e QUINTANEIRO, p. 111, 2002).

A partir das considerações remete-se às diferenças sociais encontradas nos mais variados ambientes e advindas de inúmeras situações e relações sociais atreladas à questão do poder e dominação. Com isso destaca-se o conceito de poder sugerido

por Weber, isto é, “a possibilidade que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (WEBER, p. 211, 1982). O poder econômico pode ser visto como decorrência de outras formas de poder, isto em decorrência de que o homem não luta apenas para prosperar economicamente, também busca seu reconhecimento por intermédio de honras sociais, por exemplo, onde o poder não se configura como a única forma de “adquirir” tal honra (WEBER, 1982).

Nesse sentido o poder pode ser garantido através da ordem jurídica consistindo em um meio potencial para adquiri-lo, entretanto nem sempre é baseado em certezas e, apresenta elementos potenciais na formação de classes (WEBER, 2002). Daí parte a noção de dominação que envolve a oportunidade de encontrar alguém que esteja disposto a obedecer a uma ordem de um conteúdo específico, porém essa dominação deve estar acompanhada de uma maneira de legitimidade, criada pelo meio social como uma esfera para conceder o poder sob a posse do dominante (LALLEMENT, 2008). Assim, Weber salienta que são inúmeros os tipos de dominação, porém há dois que se destacam em sua oposição, ou seja, “a dominação em virtude de uma constelação de interesses” e a “dominação em virtude de autoridade”. A primeira refere-se à “dominação monopolizadora no mercado” e a segunda ao “poder do chefe de família” sustentado na ideia de obediência (WEBER, p. 188, 1999).

De acordo com o autor todas as relações de troca da vida social correspondem a situações de dominação, onde todos os tipos de dominação podem transformar-se, aos poucos, em dominação autoritária, decorrente de perspectivas voltadas ao interesse e, ressalta que “na realidade da vida, tudo é “transição”” (WEBER, p.192, 1999). Contudo mesmo que o caráter de dominação se transponha para uma relação autoritária, ainda assim o interesse do submetido em obedecer permanece sendo o impulso que irá conduzir a continuidade dessa obediência. Outra especificidade das questões de dominação reflete o reduzido número de pessoas a ocupar esta posição, onde as mesmas procuram comunicar-se internamente na busca de desencadear ações sociais organizadas, de modo racional, com a finalidade de conservar sua posição de dominação (WEBER, 1999).

Para que a dominação possa ser validada e mantida deve basear-se em uma das três formas que irão permitir sua legitimação, ou seja, princípios constitutivos dos tipos puros da estrutura da dominação que combinadas, adaptadas e transformadas compõem a realidade encontrada na história. Esses tipos classificam-se em três formas de dominação: dominação tradicional, dominação carismática e dominação legal (WEBER, 1999). A dominação tradicional acredita em tradições, ou melhor, naquele que está representando os costumes e na legitimidade dos que assumem o poder em função da conduta fincada em determinadas práticas. A dominação carismática se baseia na entrega do indivíduo a alguém que se diferencia por sua santidade, heroísmo ou exemplos demonstrados. E, a dominação legal se dá por um procedimento racional que considere valores e/ou finalidades (FREUND, 2003).

Ao remeter a discussão para a dominação tradicional, a autoridade, como mencionado anteriormente, não é eleita por meio de voto ou outros processos de escolhas que partam dos indivíduos, isto é, o reconhecimento de um líder procede em razão de costumes, da continuidade de tradições. Já as pessoas que acompanham este chefe não são funcionários e sim servidores recrutados, podendo transparecer essa relação no caso dos escravos e até mesmo abrangendo os membros de uma família. Dentre o domínio tradicional existem vários tipos inseridos, como por exemplo, a gerontocracia, no qual o poder é referido ao mais velho, e o patriarcalismo, que detém o poder em função da herança no âmago de uma família (FREUND, 2003). Em tratando do patriarcalismo, como já visto, as decisões se baseiam em normas estabelecidas por tradição as quais são conduzidas costumeiramente pelo mesmo modo e, evidencia a submissão às ordens do senhor, configurando-se relações indiscutíveis de dominação, não havendo um cenário que abra chances de questionamentos frente à autoridade paterna (AGUIAR, 2000).

Na dominação tradicional, especificamente no patriarcalismo, a consolidação da autoridade doméstica decorre de inúmeras situações que foram surgindo ao longo da história, como por exemplo, a submissão da mulher no ambiente doméstico em virtude da “superioridade normal de energia física e psíquica do homem” (WEBER, p. 234, 1999). Conforme o autor, o poder paterno se fundamenta, primariamente, em condições baseadas em aspectos de propriedade, isto é, o homem sendo o possuidor do poder doméstico toma como propriedade todos aqueles que estão submetidos a ele, sejam filhos de outras mulheres, esposas, escravas, da mesma forma que seu rebanho, todos são seus “filhos”. A autoridade doméstica é ilimitada e da mesma forma é transferida dando condições iguais ao novo patriarca (WEBER, 1999).

Weber ressalta que a dominação tradicional pode ser dissolvida através do aparecimento de aspectos carismáticos caracterizando um rompimento legítimo das outras maneiras de dominação, podendo esta ruptura ser temporária. Porém em algum momento esta situação tende a retornar à dominação tradicional assentando o que se chama de rotinização (BARBOSA e QUINTANEIRO, 2002). Além do mais Weber observou que a partir da corrosão do sistema patriarcado, fundado em questões envoltas aos processos de racionalização e burocratização, surge o sistema capitalista. Com isso destaca-se as condições do patrimonialismo decorrentes dessa transformação do patriarcado, originadas das diferenciações das relações de dependência entre a família e o dono do poder (AGUIAR, 2000).

Nesse sentido o trabalho passa a compor o cotidiano tanto do trabalhador quanto do proprietário capitalista, o que os faz nutrirem-se de suas atividades. Daí surge a ideia de enfatizar a dominação como constituinte das relações sociais tornando-a uma importante ferramenta para a compreensão dessas relações (BARBOSA e QUINTANEIRO, 2002). Assim, pode-se remeter à complexidade e abrangência que a abordagem de Weber compreende acerca da sociologia, enfatizando que nesta seção

foram abordados alguns dos segmentos propostos por ele na busca de explicações, fundamentalmente, do universo das ações sociais.

3. Panorama da mulher inserida no ambiente rural

Num contexto histórico sociopolítico a mulher sempre esteve inserida em dinâmicas que prediziam, e, predizem, sua subordinação às condições que permeiam um sistema fundamentado nos princípios do patriarcado. Ao deslocar essa temática para o ambiente rural, os elementos que definem as relações entre homens e mulheres, fundamentadas nas condições de poder, perduram, em várias situações, e, ao mesmo tempo confundem-se com as particularidades e multiplicidades encontradas neste meio dificultando as compreensões e possíveis intervenções na busca por desfechos que contribuiriam para amenizar as situações de desigualdades. Com isso se faz pertinente a menção do conceito de gênero, ou seja, confere a distinção entre as atribuições tidas como femininas e masculinas construídas socialmente e indicando elementos que identificam os valores das atividades praticadas por mulheres e homens. Essa construção irá atuar claramente nas hierarquias preestabelecidas de poder, assimetrias e subordinação condicionadas ao sexo biológico referindo-se aos costumes, práticas e regras sistematizadas a partir da lógica delineada socialmente (MARTINS et. al., 2014).

Nesse sentido fazendo uso do conceito de gênero para melhor entendimento das questões que circundam proposições designadas às mulheres, verifica-se que a incorporação do poder aos homens reforça a ideia de desigualdades entre o feminino e masculino corroborando para a intensificação de alguns aspectos que definirão a condição subordinada das mulheres, especificamente, ao remeter-se às condições do controle masculino sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres (OLIVEIRA, 2006). Para entender esse poder exercido sobre as mulheres deve-se mencionar os princípios das relações de patriarcado, no qual a mulher é tida como patrimônio devendo ser “administrada” como qualquer outro bem do patriarca, partindo daí da ideia de público e privado. Desta forma surge percepção da suposta legitimidade do poder do homem sobre a mulher, onde esta se submete em consonância aos costumes, tradições e valores desencadeando a separação entre os papéis determinados aos homens e mulheres, privação no que cerca o ambiente público e a divisão sexual do trabalho (AMORIM et.al., 2010).

Neste contexto a grande maioria das mulheres inseridas no espaço rural, destacando a divisão sexual do trabalho, cotidianamente vivenciam situações de subordinação, pois suas atividades são percebidas apenas como extensão de suas obrigações sendo assim consideradas como “ajuda” mesmo em momentos em que suas ações se igualam às praticadas pelos homens. Essa distinção também é suposta a partir da identificação do trabalho “leve” e do trabalho “pesado”, os quais respectivamente comporiam as trajetórias feminina e masculina, se fazendo a essência dessas

contrariedades nas construções culturais (cada “cultura” estabelece o cunho de atividade leve ou pesada) e, podendo utilizar como caráter homogeneizador dessas ocorrências, a posição ocupada dentro da hierarquia familiar, ou seja, baseando-se nas circunstâncias que definem o poder (BRUMER, 2004).

Entretanto, a participação da mulher no meio rural é de fundamental importância para a sustentação das atividades agrícolas, pois acumulam obrigações que permeiam entre os afazeres domésticos e atividades de produção. Os ambientes público e privado vão ao encontro dessa lógica patriarcal em que a divisão sexual do trabalho se consolida, isto é, o contato com o primeiro ambiente tange a supremacia dos homens e o segundo envolve as mulheres reforçando sua invisibilidade. Os trabalhos leves, anteriormente destacados, percebidos como forma de “ajuda”, abrangem as mulheres desde jovens e a ideia fixa-se com o matrimônio, onde sua atividade é vista como auxílio ao marido (AMORIM et.al., 2010).

Assim, a divisão sexual do trabalho parte de uma construção que consolidou como natural as diferenças biológicas entre homens e mulheres especificando a partir disto as funções de cada um, onde a mulher representa, através de sua incumbência relativa à maternidade, os trabalhos reprodutivos, assim como trabalhos produtivos. Porém mesmo quando a mulher se insere em atividades ditas produtivas assalariadas, a sua função na prática das atividades domésticas não se altera, pois estas estariam incumbidas em razão de sua identidade feminina. No meio rural a situação se repete de maneira mais intensa, já que a maioria das atividades produtivas desempenhadas pelas mulheres são consideradas como extensão de sua função doméstica, pois “as relações patriarcais no campo fazem com que a família seja compreendida como um todo homogêneo, em que o homem representa os interesses do conjunto e detém o poder de decisão” (FARIA, p. 237, 2011).

A partir desse entendimento desencadeiam-se perspectivas entremeadas na busca por novas reflexões acerca das atribuições naturalizadas como intrínsecas às mulheres. Com isso, uma das primeiras demandas que surge refere-se ao reconhecimento das mulheres rurais como trabalhadoras rurais perante o governo, assim como sindicatos, no sentido de promovê-las como agente político, buscando acesso aos benefícios sociais, especialmente da Previdência Social. A condição de trabalhadora rural foi conquistada através da inclusão do nome nas notas de venda do produtor, fato que não gerou descontentamento por parte dos homens, pois não perderam seu poder e ainda houve um acréscimo dos recursos advindos do governo. Para as mulheres isso representou um acréscimo tanto em termos materiais como simbólicos, pois sua participação como trabalhadora é reconhecida através da visualização e valorização de seu trabalho. (BRUMER, 2004).

Situações como esta possibilitam a expansão do olhar sobre construções estabelecidas socialmente, uma nova visão sobre a identidade da mulher rural, auxilia na desconstrução dos aspectos que dificultam sua atuação em espaços coletivos e,

permitem que essas mulheres se identifiquem como sujeitos de sua própria história (AMORIM, 2010). Contudo, a divisão construída socialmente entre o espaço público (assumido pelo homem), como ambiente político e produtivo, e o espaço privado (assumido pela mulher), como mantenedor das relações pessoais, reprodutivas e familiares, se afirma a invisibilidade da mulher como ator político (MARTINS, BANDEIRA e CAPUTO, 2014).

Para que as mulheres rurais possam realmente atuar na esfera pública e garantirem sua visibilidade como sujeito, desfazendo a visão do tradicional sistema patriarcal, é que surgem discussões concordantes a esses aspectos nos movimentos feministas e, assim identificam o empoderamento como estratégia da mulher na busca pela legitimação da ação política perante a sociedade (AMORIM, 2010). Este empoderamento pode ser compreendido como o processo pelo qual as pessoas, organizações, tomam a frente de assuntos particulares criando a capacidade de agir de acordo com o caráter dessas ações e, ainda evidenciam situações de dominação sejam implícitas ou explícitas. No meio rural, o empoderamento feminino pode desencadear descontentamentos por parte do homem, já que esta concepção desafia o sistema patriarcal, pois a condição de poder sobre a mulher se fragiliza (OLIVEIRA, 2006).

O empoderamento econômico da mulher somente será consolidado no momento em que a divisão sexual do trabalho for desconstruída aos olhos de todos e, assim poder solidificar uma sociedade baseada na igualdade. Desta forma se torna crucial empenhar-se na estruturação de políticas que cubram as dificuldades encontradas pelas mulheres rurais em meio suas produções, geração de emprego e experiências de autogestão (FARIA, 2011). Mesmo assim, o empoderamento alicerçase como uma importante ferramenta nessa busca por parte das mulheres, neste caso tratando das mulheres rurais, atuando como instrumento de mudanças nas realidades vivenciadas e, assim podendo rumar suas escolhas contribuindo para novas reflexões sobre gênero e, compondo ativamente as dinâmicas que fundam os processos históricos (AMORIM, 2010).

A conciliação de elementos econômicos e políticos são fatores que contribuem fortemente na inserção efetiva das mulheres nos processos de desenvolvimento. A partir da construção das ideias até então expostas reporta-se para uma especificidade da temática abordada, ou seja, mulheres rurais que estejam na posição de chefia da família, destacando que essa condição se dá em razão, geralmente, quando a figura masculina se faz ausente no contexto. Em situações onde a figura masculina é presente esta ocorrência, demonstra ser dificultada, pois, retomando as abordagens patriarcais, a autonomia da mulher rural vai estar vinculada às ações tradicionais do homem, no qual o mesmo vai decidir acerca da possibilidade da mulher inserir-se em atividade remunerada, decorrido, provavelmente, de sua responsabilidade pelos trabalhos reprodutivos, cuidados com filho, marido, casa. Neste sentido para alcançar,

ao menos em parte, sua autonomia passa a ter de administrar seu tempo entre trabalhos domésticos e atividades remuneradas (BUTTO, 2014).

Talvez, em função disto, se visualize no meio rural mulheres mais dedicadas a trabalhos para autoconsumo sem a atribuição de rendas. Porém, mesmo assim, a um crescente no número de mulheres que passam a assumir a responsabilidade exclusiva pelo grupo familiar (FARIA, 2011). Este fenômeno pode ser considerado como recente na sociedade brasileira, e traz consigo a potencialidade de quebrar paradigmas, pois a ocorrência possibilita uma oposição ao sistema dominante predeterminado pelas ideologias de gênero. Ainda pode-se destacar que as pesquisas acerca da diversidade encontrada a partir de dinâmicas familiares chefiadas por mulheres ainda são escassas, resultando em rasos conhecimentos sobre essa perspectiva que considere os diferentes segmentos sociais que se firmam nesse mesmo panorama (MACEDO, 2008).

4. Metodologia

Em busca a atender os objetivos deste estudo e acerca do tema estudado, o empoderamento feminino e sua contribuição para a separação da dominação tradicional de caráter patriarcal no ambiente rural, adotou-se o método de pesquisa bibliográfico. Para Rampazzo (2005), a pesquisa de natureza bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas. A partir desta perspectiva, selecionou-se trabalhos de autores centrados no tema empoderamento feminino no espaço rural e que vêm colaborando com a construção quanto a questão apresentada. A partir do método utilizado, foi possível atender ao objetivo do trabalho, respondendo à pergunta de um viés voltado a abordagem de Weber no que tange ao poder e a dominação, relacionando indicadores com a possibilidade de superação da dominação tradicional por meio do empoderamento econômico feminino.

Quando a abordagem, o presente estudo caracterizou-se pela natureza qualitativa, possuindo também caráter descritivo. Segundo Godoy (1995) “a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Dessa forma, acredita-se que a pesquisa bibliográfica representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas.

5. Mulher rural e sua condição a partir de um olhar do poder em Weber

A partir das breves referências desenvolvidas, na busca de apresentar aspectos que baseiem a visão de Weber sobre o poder e dominação e, situando a mulher frente a algumas condições que o meio rural confere, direciona-se à tentativa de costurar

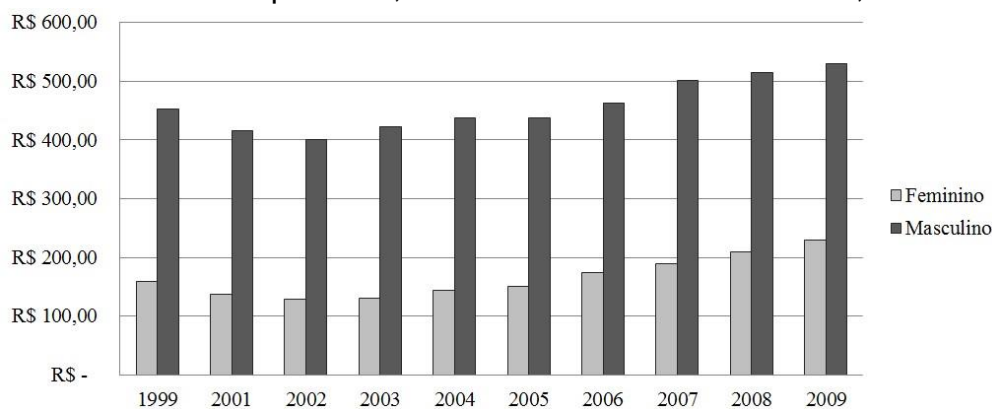
alguns indicadores, imersos na dimensão social, com algumas proposições de Weber, alicerçada a uma interpretação individual, que possam figurar uma ideia da condição da mulher rural e o poder inseridos, especialmente, no ambiente rural.

O primeiro indicador (figura 1) mostra o rendimento médio mensal no trabalho principal desenvolvido pela população residente no meio rural, trazendo um comparativo entre as rendas de homens e mulheres. Nota-se que a renda da população feminina, no decorrer do período demonstrado, sempre foi inferior a masculina, assim como continua sendo, porém, as duas rendas cresceram e a proporção da renda feminina comparada a masculina aumentou, isto é, em 1999 a renda feminina correspondia a aproximadamente 35% da masculina e em 2009, essa ocorrência elevou-se para 43,3%.

Este cenário demonstra o que Weber identifica como diferenças sociais fundamentadas em questões oriundas das condições de poder e dominação, ou seja, o poder nos estabelecimentos rurais, geralmente, está concentrado nas mãos dos homens em função de sua histórica tradição de dominação fazendo com que as mulheres cumpram suas atividades no intuito de realizar objetivos e vontades do dominador, onde seu trabalho é visto apenas como ajuda refletindo diretamente em sua desvalorização econômica frente as demais atividades desenvolvidas no espaço rural pelo homem. Ou seja, pode caracterizar-se como uma situação de dominação do tipo tradicional, no qual as pessoas que acompanham esse líder podem ser exemplificadas por meio dos membros de uma família.

Entretanto, a partir de iniciativas que buscam promover a condição socioeconômica através do empoderamento da mulher, a forma tradicional de condução de um estabelecimento, de uma família rural vai aos poucos se reformulando e demonstrando as possibilidades que auxiliam na inserção da mulher em perspectivas diferentes das comumente vivenciadas.

Figura 1 - Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade por sexo, residente no meio rural – Brasil, 1999 a 2009

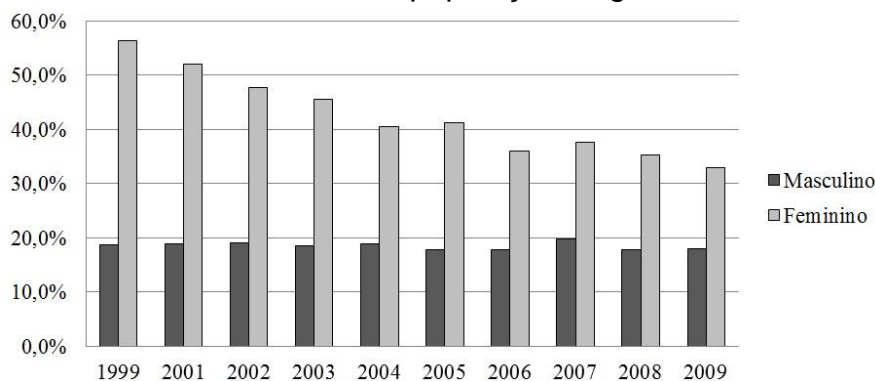


Fonte: IBGE – PNAD; Adaptado da elaboração de IPEA, 2011

Ao tratar da população residente no meio rural sem renda própria (figura 2), nota-se novamente a predominância feminina no que cerne a falta de renda, pois há uma manutenção aproximadamente de 20% dos homens sem renda no decorrer de 10 anos, enquanto a mulher insere-se em uma trajetória de percentuais decrescentes que, mesmo assim a identificam como apresentando menores rendimentos quando comparados aos homens. Isso acentua a condução analítica ao que cerne a perspectiva de Weber sobre a dominação tradicional, pois a responsabilidade de autoridade, de liderança se dá em função de costumes e continuidade de tradições, sem considerar processos de escolha que levem em conta os indivíduos, desencadeando uma ideia de que não seria necessário atribuir rendimentos às mulheres já que estas estão empenhadas em desenvolver atividades tradicionalmente imbuídas a elas que correspondem a dinâmica estabelecida pelo patriarcalismo, devendo cumprir com as “vontades” estabelecidas pelo seu líder.

De acordo com Weber na dominação tradicional a autoridade doméstica é resultante de incontáveis situações que ao longo da história construíram as diferenças entre os sexos comumente conhecidas, tanto é que a submissão feminina dentro do espaço doméstico é fundamentada na “superioridade normal de energia física e psíquica do homem” (WEBER, p. 234, 2004). Neste sentido, é racionalmente compreensível que a proporção da população sem renda, no meio rural, demonstre desvantagens para as mulheres, já que Weber destaca o poder econômico como consequência de outras formas de poder, enfatizando, assim, a posição masculina no espaço de chefia, assim como sendo detentor de maiores rendimentos mensais. Contudo, a questão do empoderamento também se torna evidente, pois há a redução da população feminina sem renda, enquanto a população masculina identificada na mesma situação se mantém, aproximadamente, nos mesmos percentuais.

Figura 2 – Proporção da população de 16 anos ou mais de idade sem renda própria residente no meio rural, no total da população, segundo sexo – Brasil, 1999 a 2009.



Fonte: IBGE – PNAD; Adaptado da elaboração de IPEA, 2011

A predominância da chefia masculina nas famílias se mantém em inúmeras sociedades e representa um caráter marcante no Brasil, especialmente no espaço

rural, pois como se nota (figura 3) a chefia de casais residentes neste ambiente prevalece masculina, 80,1% em 2009, apresentando um declínio de apenas 4% comparado a 1999 (tabela 1). Ao considerar o meio rural, deve-se levar em conta que sua dinâmica, na maioria dos casos, relaciona-se fortemente com os elementos que caracterizam a dominação doméstica, refletindo a dominação tradicional proposta por Weber. Entretanto, os 4% também representam acréscimos nos percentuais que circundam a chefia familiar por parte das mulheres residentes no meio rural, podendo indicar o surgimento de oportunidades de inserção no espaço público por parte das mulheres resultando em melhorias no que diz respeito ao empoderamento socioeconômico.

Essa ocorrência possibilita um olhar através da visão de Weber no que refere-se ao poder paterno, pois este se baseia, inicialmente, na perspectiva de que a família estaria sob propriedade do chefe da família, ou seja, o homem, desencadeando na prevalência e permanência da chefia masculina encontrada. Logo, essas regras impostas partem do pressuposto do tradicionalmente conhecido e desenvolvido ao longo dos períodos. Algumas das condições que permitem a mulher superar, ou ao menos perceber, sua posição de submissão dentro do ambiente familiar pode concordar com o que Weber estabelece sobre a racionalidade de uma conduta, pois aponta que para o indivíduo tomar consciência de sua situação de submissão, provavelmente, seja necessário que o mesmo rejeite sua condição submissa ao tradicionalmente estabelecido.

Em outras palavras, referindo-se à atribuição de poder as mulheres, para que as mesmas possam compreender de maneira racional sua própria condição dentro da dinâmica patriarcal, se faz necessário desconstruir ideias baseadas nos costumes que induzam a permanência da dominação tradicionalmente masculina, rejeitando sua condição de submissão. Isto pode comportar seu entendimento de que há alternativas, atualmente, que conduzam um novo posicionamento da mulher no ambiente familiar, estando algumas dessas inseridas na tentativa de fortalecer o empoderamento econômico e, conseqüentemente, social sejam em espaços privados ou público. Ainda neste raciocínio destaca-se que o rompimento do patriarcado surge a partir das modificações das relações de dependência de poder entre a família e o dito dono do poder. As afirmações anteriores destacam essa possível mudança, onde através do empoderamento da mulher, relações de dependência podem se fragilizarem permitindo novas configurações e, ao menos, demonstram a possibilidade de superação da tradicional dominação doméstica baseada no patriarcado.

Tabela 1 - Proporção de chefias de família segundo sexo no meio rural - Brasil, 1999 a 2009

Sexo	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Feminino	15,9%	16,0%	15,6%	16,7%	16,5%	16,8%	17,3%	19,2%	19,6%	19,9%
Masculino	84,1%	84,0%	84,4%	83,3%	83,5%	83,2%	82,7%	80,8%	80,4%	80,1%

Fonte: IBGE – PNAD; Adaptado da elaboração de IPEA, 2011

Atualmente há vários programas que buscam contribuir para o fortalecimento e expansão do empoderamento das mulheres, especialmente ao tratar das mulheres rurais, podendo estes ser um dos responsáveis pelo aumento de poder frente à família por parte das mulheres. Algumas ações, como o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais, contribuem para legitimar a atuação de mulheres rurais em suas atividades e possibilitar acesso a programas e projetos que auxiliem no empoderamento socioeconômico da trabalhadora rural. As operações de crédito também são potenciais ferramentas para colaborar na promoção dessas mulheres, já que, iniciativas como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), financia aquisição de imóveis rurais, operações com fundo produtivo e até a construção da casa própria para as trabalhadoras rurais, sem ainda mencionar o Pronaf Mulher que busca a inclusão da mulher na gestão do crédito familiar. Nesse sentido, o Portal do Brasil (2012) destaca que o total de mulheres rurais que ocupam a posição de chefia, em relação ao número de beneficiários do PNCF, cresceu de 13,6% em 2003 para 23% em 2007, o que vem ao encontro do exposto na tabela 1. Outra situação identificada são as diferentes posições ocupadas pelas mulheres residentes no meio rural (tabela 2) e, as respectivas variações percentuais dessas ocupações, onde algumas variaram significativamente e outras se mantiveram. A esfera que abrange o funcionalismo público e militar cresceu mais de 30% comparando os anos de 1999 e 2009, assim como, os empregos com carteira assinada ascenderam em 33,82% no mesmo período. Em contrapartida, os percentuais correspondentes aos empregos sem carteira assinada também evoluíram, assim como, ocupações em ambiente doméstico. A posição da mulher como empregadora se manteve em aproximadamente 0,8% do total de mulheres ocupadas e residentes no meio rural, assim como houve uma constância no que tange às ocupações que se dirigem aos trabalhos por conta própria.

O que causa mais instigação são os chamados “outros” (51,2% em 2009), ou seja, muito provavelmente, traduzem-se nas atividades que contribuem para a invisibilidade da mulher ocupada no meio rural. Apesar disto o percentual reduziu timidamente, remetendo à conversão em algumas das demais categorias, já que nestes dados não há a alternativa de agricultora ou trabalhadora rural. O panorama envolto ao sistema tradicional patriarcal se faz presente ao identificar que mais da metade das mulheres ocupadas e residentes no meio rural estão enquadradas em uma categoria denominada de outros, remetendo, assim, a percepção de que, possivelmente, isso esteja atrelado à menção das diferenças sociais imbuídas diretamente nessas relações sociais.

Essas questões podem fundamentar os elementos que compõe a dominação proposta por Weber, isto é, além do poder econômico o homem busca seu reconhecimento por meio de honras sociais não consolidando apenas o poder,

propriamente dito, como forma de conquistar sua honra. Com isso, essa perspectiva de nomear a ocupação das mulheres rurais como “outros”, mostra um mecanismo de prejudicar a atividade feminina como menos importante, promovendo a figura masculina de dominação dentro do espaço rural, como pode ser percebido.

Tabela 2 – Distribuição percentual de mulheres com 16 anos ou mais residentes no meio rural e posição de ocupação - Brasil

Posição da Ocupação	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Funcionário Público/Militar	3,9%	3,4%	3,4%	3,4%	4,0%	3,4%	4,0%	4,2%	4,8%	5,2%
Empregado c/ Carteira	6,8%	5,7%	5,8%	6,8%	6,4%	6,6%	7,1%	7,3%	8,9%	9,1%
Empregado s/ Carteira	9,2%	10,1%	9,0%	8,3%	9,1%	9,1%	9,0%	9,8%	9,8%	9,9%
Conta Própria	13,3%	13,9%	12,9%	13,1%	14,0%	13,3%	13,3%	14,0%	13,6%	13,5%
Empregador	0,6%	0,8%	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,8%	0,8%
Empregado Doméstico	8,9%	8,3%	8,5%	8,7%	8,5%	9,1%	8,9%	9,1%	9,5%	10,4%
Outros	57,2%	57,8%	59,8%	58,9%	57,2%	57,7%	56,8%	54,9%	52,6%	51,2%

Fonte: IBGE – PNAD; Adaptado da elaboração de IPEA, 2011

Ao mencionar novamente a dominação tradicional proposta por Weber, nesta o líder é fruto de um processo resultante de costumes que buscam dar continuidade às tradições de determinada dinâmica e, as pessoas que estão imbuídas no seguimento desta lógica podem ser identificadas de servidores recrutados, como por exemplo, membros de uma família. Empregando o exemplo, pode-se facilmente visualizar a mulher como um destes seguidores, pois estando “presa” a um raciocínio que determina suas atividades ela passa a incorporar essa realidade. Contudo, a percepção de que esta situação pode ser modificada é que leva as mulheres a buscarem condições que contribuam para a melhoria de sua situação socioeconômica, tanto é que os principais aumentos referentes às posições ocupadas pela mulher rural se dão no funcionalismo público e militar, assim como, inserção no mercado de trabalho com carteira assinada.

6. Considerações finais

O exercício desenvolvido, na tentativa de aproximar a mulher rural e sua condição dentro do espaço rural com a abordagem de Weber acerca do poder e dominação, permitiu detectar a força que uma determinada forma de poder e dominação, neste caso a dominação e poder tradicional, tem sobre circunstâncias que caracterizam a posição da mulher em estabelecimentos rurais. De maneira geral, nota-se que o sistema patriarcal, mesmo que de forma a transparecer menos seus indícios, consegue se manter como força condutora da maioria das chefias de dinâmicas rurais, especialmente, por conseguir provocar constância nas ações dos agentes envolvidos

resultando em condutas repetitivas que induzem a manutenção das mesmas e, assim configuram-se os costumes que irão determinar a racionalidade das ações.

Entretanto, a partir desta compreensão o desenvolver da racionalidade por parte de um agente pode fazer com que o mesmo perceba sua condição de submissão e passe a rejeitá-la frente às circunstâncias determinadas pelo costume, identificando condições que geram as desigualdades e assim, desencadeando entendimentos que permitam modificações no sistema tradicional. Isso pode ser percebido por meio da temática das mulheres rurais, pois antes de serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, ou seja, antes de elas mesmas perceberem sua condição de subordinação, induzidas pelo costume de suas atividades, eram consideradas como “elemento” privado do sistema que se conduzia basicamente por mãos patriarcais.

A partir do reconhecimento das mulheres do campo como trabalhadoras rurais, a realidade aos pouco vai sendo contornada com a participação dessas trabalhadoras como agentes públicos e, assim criam-se políticas e programas que busquem auxiliar na promoção de seu papel socioeconômico revertendo o entendimento de submissão das mulheres. Com isso identifica-se que o questionamento proposto de identificar o empoderamento feminino com contribuinte para a superação da dominação tradicional no ambiente rural pode ser retomado, pois mesmo que a base da chefia dos estabelecimentos rurais permaneça, em sua maioria, conduzidas por sistemas baseados no poder tradicionalmente masculino, a mulher passa a ser visualizada não apenas como promotora das atividades domésticas e de cuidado, mas sim como importante agente também capaz de modificar a realidade imersa em dinâmicas predeterminadas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Revista Sociedade e Estado**, v.15 n.2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269922000000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 7 de Junho de 2017.

AMORIM, Érika Oliveira et.al. Sindicalizadas rurais: uma nova face do empoderamento da mulher no meio rural. In: **VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Porto Galinhas/PE, 2010.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira.; QUINTANEIRO, Tania. Max Weber. In: QUINTANEIRO, Tania, BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira, OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002.

BUTTO, Andrea, et.al. **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios de Cidadania.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2014.

FARIA, Nalu. Desafios para a construção da autonomia econômica da mulher. In: **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber.** Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária 2003.

GODOY, Arilda. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 21, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pesquisa Básica, 2012.** Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>>. Acesso em: 12 de junho de 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça.** Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2017.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber.** Tradução de Ephraim F. Alves. 4. ed. v. 1 Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARTINS, Backx.; BANDEIRA, Marilene Dias.; CAPUTO, Paula Maria. **Condição de vida das mulheres e desigualdades de gênero no Rio Grande do Sul.** In: MARTINS, Clitia Helena Backx, et. al. Estudos das condições das mulheres e das desigualdades de gênero existentes no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 2014.

MACEDO, Marcia dos Santos. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de Gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a Feminização da pobreza.** CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, Maio/Agosto, 2008.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária: o caso do saco do Rio Preto em Minas Gerais.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e

Sociedade) – Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2006.

PORTAL BRASIL. **Cidadania e justiça: trabalhadoras rurais e a floresta, 2012.** Disponível em: <www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/mulheres-rurais-edas-florestas>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. Sociologia da Dominação. In: **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. V. 2. Editora Universidade de Brasília: São Paulo, 1999.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.